

# LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

## 1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

### 1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

<p><a href="#">Emenda Constitucional n. 109, de 15 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 16 mar. 2021</p>	<p>Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19.</p>
--	---

### 1.2 LEIS COMPLEMENTARES

<p><a href="#">Lei Complementar n. 179, de 24 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 25 fev. 2021</p>	<p>Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.</p>
<p><a href="#">Lei Complementar n. 178, de 13 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 14 jan. 2021</p>	<p>Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei Complementar n. 177, de 12 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 13 jan. 2021</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, e a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e incluir programas desenvolvidos por organizações sociais entre as instituições que podem acessar os recursos do FNDCT.</p>

### 1.3 LEIS ORDINÁRIAS

<p><a href="#">Lei n. 14.131, de 30 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 31 mar. 2021 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre o acréscimo de 5% (cinco por cento) ao percentual máximo para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento até 31 de dezembro de 2021; e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.130, de 29 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 mar. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 8.668, de 25 de junho de 1993, para instituir os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), e a Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004; e dá outras providências.</p>

<p><a href="#">Lei n. 14.129, de 29 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.128, de 26 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 26 mar. 2021 - Edição extra D</p>	<p>Dispõe sobre compensação financeira a ser paga pela União aos profissionais e trabalhadores de saúde que, durante o período de emergência de saúde pública de importância nacional decorrente da disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), por terem trabalhado no atendimento direto a pacientes acometidos pela Covid-19, ou realizado visitas domiciliares em determinado período de tempo, no caso de agentes comunitários de saúde ou de combate a endemias, tornarem-se permanentemente incapacitados para o trabalho, ou ao seu cônjuge ou companheiro, aos seus dependentes e aos seus herdeiros necessários, em caso de óbito; e altera a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.127, de 22 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 23 mar. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.125, de 10 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 10 mar. 2021 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre a responsabilidade civil relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a Covid-19 e sobre a aquisição e distribuição de vacinas por pessoas jurídicas de direito privado.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.124, de 10 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 10 mar. 2021 - Edição extra</p>	<p>Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.123, de 10 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 10 mar. 2021- Edição extra</p>	<p>Altera a Lei nº 13.650, de 11 de abril de 2018, e prorroga até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estabelecida pelo art. 1º da Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.122, de 3 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 4 mar. 2021</p>	<p>Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 2.513.700.000,00 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões e setecentos mil reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.121, de 1º de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 2 mar. 2021</p>	<p>Autoriza o Poder Executivo federal a aderir ao Instrumento de Acesso Global de Vacinas Covid-19 (Covax Facilit) e estabelece diretrizes para a imunização da população.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.120, de 1º de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 2 mar. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e o Decreto-Lei nº 1.383, de 26 de dezembro de 1974; transfere para a União as ações de titularidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) representativas do capital social da Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB) e da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep); e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.119, de 13 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 14 jan. 2021</p>	<p>Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política.</p>

<p><a href="#">Lei n. 14.118, de 12 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 13 jan. 2021</p>	<p>Institui o Programa Casa Verde e Amarela; altera as Leis nºs 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.100, de 5 de dezembro de 1990, 8.677, de 13 de julho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 11.977, de 7 de julho de 2009, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 13.465, de 11 de julho de 2017, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979; e revoga a Lei nº 13.439, de 27 de abril de 2017.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.117, de 8 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 11 jan. 2021</p>	<p>Suspende o pagamento do parcelamento de dívidas no âmbito do Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), criado pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, durante a vigência de calamidade pública nacional reconhecida pelo Congresso Nacional; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.671, de 15 de maio de 2003.</p>

## 1.4 DECRETOS

<p><a href="#">Decreto n. 10.665, de 31 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 1º abr. 2021 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 4.550, de 27 de dezembro de 2002, que regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Eletrobrás Termonuclear S/A - ELETRONUCLEAR, por ITAIPU Binacional, e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.664, de 31 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 1º abr. 2021 - Edição extra</p>	<p>Altera o Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as condições para extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias de caráter local, sobre a adaptação das outorgas vigentes para execução deste serviço, e o Decreto nº 10.312, de 4 de abril de 2020, que amplia, temporariamente, o escopo de multiprogramação com conteúdo específico destinado às atividades de educação, ciência, tecnologia, inovações, cidadania e saúde de entidades executoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, com fins exclusivamente educacionais ou de exploração comercial, em razão da pandemia da covid-19 .</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.663, de 30 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 31 mar. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.661, de 26 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 26 mar. 2021 - Edição extra C</p>	<p>Regulamenta a Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, que institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) .</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.660, de 25 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 26 mar. 2021</p>	<p>Institui o Comitê Permanente de Avaliação de Custos na Educação Básica do Ministério da Educação.</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.659, de 25 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 26 mar. 2021</p>	<p>Institui o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Pandemia da Covid-19.</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.658, de 24 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 25 mar. 2021</p>	<p>Altera o Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia.</p>
<p><a href="#">Decreto n. 10.656, de 22 de março de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 23 mar. 2021</p>	<p>Regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.</p>

<a href="#">Decreto n. 10.650, de 17 de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 18 mar. 2021	Institui o Programa Integra Brasil e o Comitê Gestor do Programa Integra Brasil.
<a href="#">Decreto n. 10.649, de 16 de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 16 mar. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.
<a href="#">Decreto n. 10.645, de 11 de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 12 mar. 2021	Regulamenta o art. 75 da Lei nº 13.146, de 6 julho de 2015, para dispor sobre as diretrizes, os objetivos e os eixos do Plano Nacional de Tecnologia Assistiva.
<a href="#">Decreto n. 10.642, de 3 de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 4 mar. 2021	Altera o Decreto nº 10.311, de 3 de abril de 2020, que institui o Conselho de Solidariedade para Combate à Covid-19 e aos seus Efeitos Sociais e Econômicos.
<a href="#">Decreto n. 10.641, de 2 de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 3 mar. 2021	Altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação, e altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
<a href="#">Decreto n. 10.638, de 1º de março de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 1º mar. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 5.059, de 30 de abril de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação e a comercialização de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação.
<a href="#">Decreto n. 10.637, de 26 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 26 fev. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.
<a href="#">Decreto n. 10.636, de 26 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 26 fev. 2021- Edição extra	Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.
<a href="#">Decreto n. 10.634, de 22 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 23 fev. 2021	Dispõe sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos.
<a href="#">Decreto n. 10.632, de 18 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 19 fev. 2021	Altera o Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017, que dispõe sobre o processo de inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento.
<a href="#">Decreto n. 10.631, de 18 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 19 fev. 2021	Altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional.
<a href="#">Decreto n. 10.627, de 12 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 12 fev. 2021- Edição extra	Altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados.

<a href="#">Decreto n. 10.626, de 11 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 12 fev. 2021	Altera o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil.
<a href="#">Decreto n. 10.625, de 11 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 11 fev. 2021- Edição extra	Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira.
<a href="#">Decreto n. 10.623, de 9 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 10 fev. 2021	Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras.
<a href="#">Decreto n. 10.622, de 9 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 10 fev. 2021	Designa a autoridade central federal de que trata a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e dispõe sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.
<a href="#">Decreto n. 10.621, de 5 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 fev. 2021	Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.
<a href="#">Decreto n. 10.620, de 5 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 fev. 2021	Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal.
<a href="#">Decreto n. 10.617, de 5 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 fev. 2021	Altera o Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, que institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual.
<a href="#">Decreto n. 10.616, de 29 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 1º fev. 2021	Delega a competência ao Ministro de Estado da Economia para a prática dos atos que especifica, e altera o Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior.
<a href="#">Decreto n. 10.614, de 29 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 1º fev. 2021	Altera o Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020, que estabelece regras para a inscrição de restos a pagar das despesas de que trata o art. 5º da Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020.
<a href="#">Decreto n. 10.609, de 26 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 27 jan. 2021	Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado.
<a href="#">Decreto n. 10.604, de 20 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 21 jan. 2021	Altera o Decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática da pessoa idosa.
<a href="#">Decreto n. 10.602, de 15 de janeiro de 2021</a> Publicado no DOU de 18 jan. 2021	Altera o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, que dispõe sobre a política industrial para o setor de tecnologias da informação e comunicação.

<a href="#">Decreto n. 10.601, de 15 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 15 jan. 2021 - Edição extra	Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 1.682.804.743,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.004, de 24 de setembro de 2020.
<a href="#">Decreto n. 10.600, de 14 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 15 jan. 2021	Regulamenta a Lei nº 14.118, de 12 de janeiro de 2021, que institui o Programa Casa Verde e Amarela.
<a href="#">Decreto n. 10.595, de 7 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 7 jan. 2021 - Edição extra	Reabre, em favor do Ministério da Saúde, crédito extraordinário, no valor de R\$ 19.911.094.462,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.015, de 17 de dezembro de 2020.

## 2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### 2.1 LEIS COMPLEMENTARES

<a href="#">Lei Complementar n. 233, de 10 de março de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 10 mar. 2021	Regulamenta no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná as regras permanentes do art. 35 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 4 de dezembro de 2019, e dá outras providências.
--	---

### 2.2 LEIS ORDINÁRIAS

<a href="#">Lei n. 20.506, de 23 de fevereiro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 26 fev. 2021	Estabelece as atividades e serviços educacionais como atividade essencial no Estado do Paraná
<a href="#">Lei n. 20.505, de 15 de janeiro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 jan. 2021	Altera as Leis nº 19.130, de 25 de setembro de 2017 [que institui a Diária Especial por Atividade Extrajornada Voluntária, a Gratificação Intra Muros] e nº 20.338, de 6 de outubro de 2020 [que institui o Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná].

### 2.3 DECRETOS

<a href="#">Decreto n. 7.230, de 31 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 31 mar. 2021	Prorroga até as 5 horas do dia 15 de abril de 2021 a vigência das medidas que especifica, previstas no Decreto nº 7.020, de 05 de março de 2021 e adota outras providências.
<a href="#">Decreto n. 7.194, de 26 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 26 mar. 2021	Promove alterações no Decreto nº 7.145, de 23 de março de 2021, prorroga sua vigência até 05 de abril de 2021 e adota outras providências.
<a href="#">Decreto n. 7.145, de 19 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 19 mar. 2021	Estabelece, de 19 de março de 2021 até 28 de março de 2021, medidas restritivas a atividades e serviços, para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública, visando à proteção da coletividade, de acordo com a situação epidêmica do Coronavírus (COVID-19) nos municípios dispostos neste Decreto.
<a href="#">Decreto n. 7.122, de 16 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 16 mar. 2021	Prorroga até as 5 horas do dia 1º de abril de 2021 a vigência das medidas que especifica, previstas no Decreto nº 7.020, de 05 de março de 2021 e adota outras providências.

<a href="#">Decreto n. 7.116, de 11 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 12 mar. 2021	Altera o parágrafo único do art. 7º do Decreto nº 6.983, de 26 de fevereiro de 2021 [que determina medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19].
<a href="#">Decreto n. 7.098, de 10 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 10 mar. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.047, de 17 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os procedimentos em relação ao regime de acordo direto de precatórios da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, e da Lei nº 19.802, de 21 de dezembro de 2018.
<a href="#">Decreto n. 7.039, de 9 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 9 mar. 2021	Altera os dispositivos que especifica do Decreto nº 1.953, de 05 de julho de 2019 [regulamenta dispositivos da Lei nº 19.811, de 2019, quanto à composição e competências do Conselho do Programa de Parcerias do Paraná e de sua Unidade Gestora e aos procedimentos para contratação das parcerias no âmbito do Programa].
<a href="#">Decreto n. 7.020, de 5 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 5 mar. 2021	Prorroga até as 5 horas do dia 10 de março de 2021 a vigência do Decreto nº 6.983, de 26 de fevereiro de 2021 e adota outras providências.
<a href="#">Decreto n. 7.001, de 3 de março de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 3 mar. 2021	Acresce a alínea 'b' ao inciso V do art. 5º do Decreto nº 6.983, de 26 de fevereiro de 2021.
<a href="#">Decreto n. 6.983, de 26 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 26 fev. 2021	Determina medidas restritivas de caráter obrigatório, visando o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 6.929, de 22 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 fev. 2021	Altera e acrescenta os dispositivos que especifica ao Regulamento da Controladoria-Geral do Estado – CGE, anexo ao Decreto nº 2.741, de 19 de setembro de 2019.
<a href="#">Decreto n. 6.928, de 22 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 fev. 2021	Fixa os novos valores dos grupos dos Pisos Salariais do Estado do Paraná.
<a href="#">Decreto n. 6.883, de 19 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 19 fev. 2021	Prorroga o prazo para conclusão e apresentação dos trabalhos do "Grupo de Trabalho - Plano de Custeio - GT-PC, de que trata o Decreto nº 5.163, de 15 de julho de 2020 [com vistas a apresentar novo Plano de Custeio para o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná – RPPS].
<a href="#">Decreto n. 6.833, de 11 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 11 fev. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.165, de 2 de abril de 2020, alterada pela Lei nº 20.357, de 20 de outubro de 2020, que autorizou a concessão de subvenção econômica no âmbito do Programa Paraná Mais Empregos, abrangendo o Banco do Empreendedor e o Banco do Agricultor.
<a href="#">Decreto n. 6.832, de 11 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 10 fev. 2021	Altera o art. 1º do Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020 [que dispõe sobre novas medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19].
<a href="#">Decreto n. 6.828, de 10 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 10 fev. 2021	Prorroga até o dia 28 de fevereiro de 2021 a vigência das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 dispostas no Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020.

<a href="#">Decreto n. 6.766, de 2 de fevereiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 2 fev. 2021	Revoga os incisos II e III do art. 1º do Decreto nº 6.554, de 17 de dezembro de 2020, que estabelecem pontos facultativos nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021 e adota outras providências.
<a href="#">Decreto n. 6.745, de 29 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 29 jan. 2021	Prorroga por mais dez dias a vigência das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 dispostas no Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020.
<a href="#">Decreto n. 6.731, de 27 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2021	Altera dispositivos, do que especifica, do Decreto nº 10.296, de 26 de fevereiro de 2014, que estabelece diretrizes de cooperação do Poder Executivo Estadual com o Ministério Público do Estado do Paraná, no grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO.
<a href="#">Decreto n. 6.730, de 27 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2021	Altera o § 2º, do Art. 21, do Decreto nº 5.283, de 29 de julho de 2020, que regulamenta o estágio nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, incluindo as Instituições Estaduais de Ensino Superior.
<a href="#">Decreto n. 6.728, de 27 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2021	Acresce o inciso XLIII, ao parágrafo único, do art. 2º, do Decreto nº 4.317, de 21 de março de 2020 [que dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19].
<a href="#">Decreto n. 6.727, de 27 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2021	Acresce os parágrafos 4º e 5º ao art. 8º do Decreto nº 4230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus–COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 6.714, de 27 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 jan. 2021	Revoga o Decreto nº 5.574, de 31 de agosto de 2020, que transferiu da estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes, para a Casa Civil.
<a href="#">Decreto n. 6.647, de 22 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 jan. 2021	Dispõe sobre a Programação Financeira e Cronograma de Desembolso, de que trata o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar Federal nº 101/2000, para o exercício de 2021.
<a href="#">Decreto n. 6.637, de 20 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 jan. 2021	Altera o art. 8º do Decreto nº 4.230, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus–COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 6.599, de 7 de janeiro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 7 jan. 2021	Prorroga até 31 de janeiro de 2021 a vigência das medidas de distanciamento social para o enfrentamento da pandemia da COVID-19 dispostas no Decreto nº 6.294, de 3 de dezembro de 2020 e prorrogada pelos Decreto nº 6.555, de 17 de dezembro de 2020 e 6.590, de 28 de dezembro de 2020 e adota outras providências.

### 3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

#### 3.1 RESOLUÇÕES

<a href="#">Resolução n. 85, de 10 de março de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 16 mar. 2021	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.
--	---



<p><a href="#">Resolução n. 84, de 26 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 4 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre alterações do Regimento Interno e da Resolução nº 72, de 3 de julho de 2019.</p>
<p><a href="#">Resolução n. 83, de 24 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 1º mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre alteração no art. 432, do Regimento Interno.</p>
<p><a href="#">Resolução n. 82, de 4 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 4 jan. 2020</p>	<p>Dispõe sobre alterações da Resolução nº 77, de 28 de abril de 2020.</p>

### 3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

<p><a href="#">Instrução Normativa n. 162, de 11 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 16 mar. 2021</p>	<p>Revoga a Instrução Normativa nº 72/2012.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa n. 161, de 19 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 23 fev. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a composição do processo de Prestação de Contas de Extinção de Entidade, estabelece o seu escopo de análise e altera a Instrução Normativa nº 82/2012.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa n. 160, de 19 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 23 fev. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2020, nos termos dos arts. 211 a 214 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa n. 159, de 19 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 23 fev. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2021, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa n. 158, de 19 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 23 fev. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2020, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Instrução Normativa n. 157, de 19 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 23 fev. 2021</p>	<p>Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais dos Municípios do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2020, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas administrações direta e indireta, Consórcios Intermunicipais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas de Direito Privado - inclusive Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e dá outras providências.</p>

### 3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

<p><a href="#">Instrução de Serviço n. 144, de 11 de março de 2021.</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 18 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a organização dos serviços da Ouvidoria de Contas quanto ao recebimento e registro das manifestações anônimas ou apócrifas.</p>
<p><a href="#">Instrução de Serviço n. 143, de 4 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 8 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a tramitação e apreciação dos pedidos de sustentação oral protocolados pelas partes, referentes às sessões de julgamento dos processos de competência do Tribunal Pleno.</p>

## 3.4 PORTARIAS SELECIONADAS

<p><a href="#">Portaria n. 478, de 29 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 31 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre os prazos aplicáveis às obrigações perante este Tribunal durante as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID19, e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 472, de 25 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 25 mar. 2021 – Ed. Suplementar</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e restabelece as sessões virtuais e os prazos processuais.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 453, de 18 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 19 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no período de 22 de março de 2021 a 26 de março de 2021, a prorrogação das certidões liberatórias vigentes em 12 de março de 2021 e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 441, de 12 de março de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 15 mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de acesso às dependências do Tribunal de Contas do Estado do Paraná no período de 15 de março de 2021 a 19 de março de 2021.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 386, de 26 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 1º mar. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a proibição de viagens institucionais enquanto perdurarem as medidas restritivas de circulação de pessoas no Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 368, de 25 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 26 fev. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da Portaria nº 14/2021, em vista da manutenção do contexto pandêmico.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 281, de 11 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 25 mar. 2021</p>	<p>Torna público, para fins do disposto no artigo 156, § 1º, do Regimento Interno - TC, os segmentos da Administração Pública Estadual, para o quadriênio 2019/2022, na forma dos anexos I e II, ficando, em consequência, revogada a Portaria nº 1052/19.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 261, de 5 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 8 fev. 2021</p>	<p>Retifica a Portaria nº 252/21, para suprimir o trecho "mantendo, contudo, a suspensão dos prazos processuais".</p>
<p><a href="#">Portaria n. 252, de 3 de fevereiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 4 fev. 2021</p>	<p>Altera o Calendário Oficial deste Tribunal de Contas do Estado do Paraná para o exercício de 2021, aprovado por intermédio da Portaria nº 661, de 16 de dezembro de 2020, para reestabelecer o expediente nos dias 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021, mantendo, contudo, a suspensão dos prazos processuais.</p>
<p><a href="#">Portaria n. 14, de 12 de janeiro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.E.T.C. de 13 jan. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a prorrogação da Portaria nº 617/20, em vista da manutenção do contexto pandêmico e avanço dos casos de contágio do COVID-19.</p>